

## Novas diretrizes

O 'Brasil Rural Contemporâneo' pressupõe o acesso à **terra com infraestrutura** - moradia digna, vias de acesso, água, luz, escolas, postos de saúde, cultura, lazer, comunicação - e à **produção**, com assistência técnica diferenciada, crédito e comercialização.

### **- Acesso à terra**

A obtenção de terras e a criação de assentamentos passam a ser integradas ao Plano Brasil Sem Miséria e a outras políticas públicas existentes.

A atuação prioritária será norteadada pela concentração de população extremamente pobre no meio rural; pelos indicadores cadastrais de concentração fundiária; pela disponibilidade de terras públicas não destinadas; onde houver demanda social e, preferencialmente, onde a existência de ações do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania facilite a chegada de políticas públicas aos novos assentamentos desde a sua criação.

### **- Beneficiários**

A seleção de beneficiários passa a ocorrer por meio da integração do cadastro do Incra com o Cadastro Único do Governo Federal, que vai nivelar o planejamento de ações, qualificar a habilitação de beneficiários e promover o acesso a programas sociais como o Bolsa Família, Brasil Sorridente, Brasil Carinhoso. Será levada em conta, ainda, a diversificação do público atendido, com critérios especiais para terceira idade, juventude e profissionais de saúde, educação e outros que trabalham no território rural.

### **- Infraestrutura**

O acesso à infraestrutura se dará prioritariamente pela articulação com programas existentes.

- **Habitação**

Está previsto para janeiro de 2013 a mudança na portaria que irá incluir os assentamentos no Programa Minha Casa, Minha Vida. Os assentamentos da reforma agrária passam a integrar as metas do programa a partir de então.

- **Água para Todos**

A garantia de infraestrutura hídrica passa a ser integrada ao Programa Água Para Todos, que tem como meta universalizar a água para consumo humano até o fim de 2014.

- **Estradas**

A manutenção e a conservação das estradas de acesso serão realizadas em parcerias com municípios que já receberam ou irão receber as máquinas do PAC-2 Infraestrutura. O Incra, por meio de parcerias, vai colocar combustível nas máquinas para a manutenção e conservação das estradas de acesso aos assentamentos, desde que a prefeitura assumira como contrapartida fazer aquisições por meio do PAA e PNAE.

Até 2013, todos os municípios com até 50 mil habitantes interessados receberão uma retroescavadeira ou motoniveladoras. Aqueles com mais de 50 mil e que possuem muitas áreas de assentamentos (a exemplo de Marabá), também receberão os equipamentos.

#### **- Educação e qualificação profissional**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) está sendo fortalecido com garantia da participação de assentados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo, o Pronatec Campo.

As famílias acampadas, em vias de serem assentadas, serão qualificadas antes de entrarem nos imóveis, por meio do Pronatec. Com recursos do Pronatec Campo serão ofertadas 23 mil vagas da Bolsa Formação Trabalhador para agricultores familiares, assentados e acampados, três mil vagas da Bolsa Formação Estudante para jovens e quatro mil vagas da Bolsa Formação Trabalhador para agentes de assistência técnica.

O Incra e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) estão aprofundando parcerias nas ações de educação para assentados da reforma agrária.

Além disso, o Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) investiram R\$ 40,5 milhões em programas de residência agrária que vão possibilitar a transferência de tecnologia e de conhecimento a centenas de famílias assentadas.

#### **- Assistência técnica e apoio para comercialização**

A assistência técnica está integrada às estratégias de superação da pobreza extrema pela inclusão produtiva; garantia de acesso aos mercados e à renda; e ampliação das práticas de produção sustentável e de conservação ambiental. A meta é atender 300 mil famílias em 2013.

Uma das mudanças implementadas é a flexibilização do acesso a créditos para os assentamentos atendidos pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária para triplicar as vendas dos assentados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

#### **- Meio ambiente**

A regularização ambiental é uma agenda prioritária no Incra. Desde que foi criado, o Programa Bolsa Verde contempla mais de 20 mil famílias de assentados, que corresponde a mais de 60% do público atendido.

Também foi instituído o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal – Programa Assentamentos Verdes – que tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria. A meta é atender 980 projetos de assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

## **Assentamentos Verdes**

- ➔ Regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- ➔ Recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias;
- ➔ Valorização do ativo florestal, com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados;
- ➔ Monitoramento e controle dos assentamentos.

### **- Governança fundiária**

O esforço para qualificar a base de dados sobre imóveis rurais permitirá ao Incra formular estratégias para a governança fundiária. Obtenção de terras, crédito fundiário e regularização passam a ser ações integradas, com garantia de direitos a comunidades quilombolas e povos tradicionais.

Recente termo de cooperação assinado pelo Incra e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) por exemplo, destinou R\$ 1,183 milhão para identificar e delimitar territórios quilombolas, verba que deverá beneficiar 3.350 famílias de 26 comunidades.

No último dia 27 foi publicada a Norma de Execução 105/2012 que vai dar celeridade ao processo de certificação de imóveis rurais, o Incra está promovendo uma série estudos e mudanças em seus normativos a fim de simplificar e melhor orientar as diretrizes e procedimentos referentes à certificação. Com a medida, a expectativa é certificar quatro mil imóveis até o final de dezembro e 20 mil até o final de fevereiro, atingindo assim uma área de 20 milhões de hectares.